



**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2014**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2015

Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.M.

EXERCÍCIO DE 2014

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão acompanhado pelos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2014: Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

Este documento tem como objetivo evidenciar a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2014, no que respeita à gestão, pondo em evidência os resultados e as acções consideradas mais relevantes.

A estratégia de gestão pautou-se por um grande rigor e contemplou todos os distintos aspetos de uma forma global e integrada, numa perspectiva de sustentabilidade e de qualidade, tal como se poderá comprovar através das informações constantes no presente relatório.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, atenta à satisfação das necessidades e expectativas da população, desenvolveu a sua atividade em 2014 de forma a proporcionar um serviço de qualidade acrescido de eficácia.

Quem melhor que Belmonte para divulgar as histórias da Epopeia dos Descobrimentos ou a Cultura Judaica.

A realização de eventos culturais anuais continua a ser uma mais-valia para a dinamização de Belmonte assim como uma forte atração para os



visitantes; em suma uma política de estratégica e desenvolvimento de Turismo, reconhecendo a este sector de atividade como um real motor económico endógeno.

Estas medidas só foram possíveis com a mudança de cultura ao nível de gestão dos recursos humanos pois entendemos que as pessoas são a principal fonte de vantagem competitiva da EMPDS, sendo importante possibilitar-lhes a liberdade e motivação, necessária para que possam contribuir para a boa eficiência dos processos em que participam, isto é desenvolver as competências, atendendo á exigência e á mudança que todos os dias somos confrontados.

Apesar dos condicionalismos impostos pela situação económico-financeira, quer nacionais, quer internacionais, esta administração tem como objectivo prosseguir este tipo de gestão permitindo assim a sua sustentabilidade económica - financeira. Neste contexto, esta administração irá prosseguir o esforço de racionalização dos recursos disponíveis, uma gestão rigorosa dentro dos resultados previsionais previstos - com atenção prioritária á contenção de custos, a fim de atingir as metas a que se tem proposto.

Podemos concluir que, os objectivos definidos para 2014 foram alcançados, resultado dum aproveitamento total dos meios técnicos e logísticos disponibilizados.

Neste sentido expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular á população, aos clientes, fornecedores, porque a eles se deve o crescimento e desenvolvimento da nossa actividade.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho fundamental ao crescimento sustentado da empresa no presente e futuro.



II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O ano de 2014 constituiu o décimo ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.M.. Seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2014, o realizado em 2014 bem como o comparativo com o realizado em 2013:

Descrição	Previsto 2014	Realizado 2014	Realizado 2013
Custo das Mercadorias Vendidas	38.000,00	42.121,68	38.306,45
Fornecim. e Serv. Externos	24.250,00	38.033,74	23.821,62
Gastos c/ o Pessoal	121.333,00	133.865,43	100.579,84
Gastos de Depreciação e de Amortização	1.500,00	2.032,04	2.084,09
Outros Gastos e Perdas	0,00	2.017,15	1.361,98
Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	0,00
Total dos Gastos	185.083,00	218.070,04	166.153,98
Vendas e Serviços Prestados	157.000,00	185.717,67	150.872,27
Subsídios à Exploração	35.000,00	35.000,00	127,01
Outros Rendimentos e Ganhos	2.500,00	12.684,74	2.371,43
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	28,17	35,05
Total dos rendimentos	194.500,00	233.430,58	153.405,76
Imposto	0,00	-1003,37	94,21
Resultado Líquido do exercício	9.417,00	14.357,17	-12.654,01

As diferenças relevantes que se verificam são:

- no total dos gastos verificou-se um aumento de 32.987,04 euros em relação ao previsto no orçamento para 2014, correspondendo a mais

17,8%. Comparativamente a 2013 verifica-se um aumento de 31,2% nos gastos da EMPDS.

- nos rendimentos constata-se que as vendas e prestações de serviços realizadas aumentaram 23,1% em relação a 2013. Relativamente às previsões efetuadas para 2014 o valor verificado foi superior em 18,3% ao orçamentado.
- ainda nos rendimentos verifica-se que os Subsídios à Exploração recebidos do Município de Belmonte aumentaram muito em relação a 2013 devido ao facto de terem sido transferidos 35.000,00 euros relativos a contrato-programa que visa cobrir preços sociais praticados nos museus. O valor realizado corresponde exatamente ao valor orçamentado.
- no total dos rendimentos verificou-se um aumento de 38.930,58 euros em relação ao previsto no orçamento para 2014, correspondendo a mais 20%. Comparativamente a 2013 verifica-se um aumento de 52,2% nos rendimentos da EMPDS.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se um rácio de autonomia financeira superior uma vez que este rácio passou de 14% em 2013 para 29% em 2014. Este acréscimo é significativo melhorando a autonomia financeira da EMPDS.

A liquidez da empresa também foi superior relativamente ao ano anterior, tendo o rácio de liquidez geral passado de 1,11 em 2013 para 1,38 em 2014, melhorando a EMPDS, a capacidade para pagar os seus compromissos de curto prazo.

IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS	2012	2013	2014
Resultado líquido do período	-2.043,77	-12.654,01	14.357,17

Os resultados em 2014 evidenciam uma melhoria significativa relativamente a 2013.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (61,4%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (19,3%) e Fornecimentos e Serviços Externos (17,4%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (53,3%), Vendas (26,2%) e Subsídios à exploração (15%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2014 estavam previstos investimentos na modernização administrativa da EMPDS BELMONTE E.M. no valor de 2.000,00 €. No entanto não foi realizado nenhum investimento em 2014.

VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

- a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo direto ou indireto sobre as contas do exercício de 2014 (artº66, nº5 b)
- b) Não existirem negócios entre a empresa e os seus Administradores (artº66, nº5 e) e 397º)

c) Não existirem sucursais da empresa em qualquer parte do território nacional e estrangeiro (artº66, nº5 g)

d) Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não são titulares de participações da empresa (artº447)

e) A empresa não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

VII - PERSPECTIVAS PARA 2015

Durante o ano de 2015, estão previstas no Plano de Atividades e Orçamento, diversas iniciativas que a serem concretizadas como esperamos, continuam a perspetivar um desenvolvimento sustentável da empresa e um contributo para a prestação de melhores serviços a todos aqueles que visitam Belmonte.

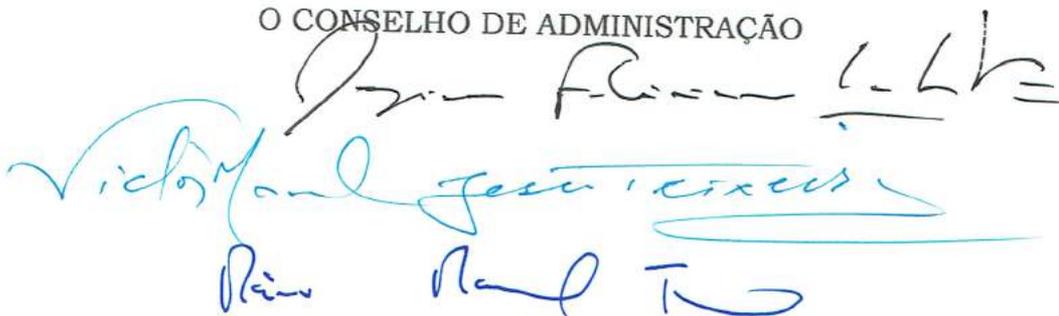
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado em 2014 de 14.357,17 €, tenha a seguinte aplicação:

- 5% para reservas legais no valor de 717,86 euros;
- o restante para a conta de Resultados Transitados, no valor de 13.639,31 euros.

Belmonte, 20 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

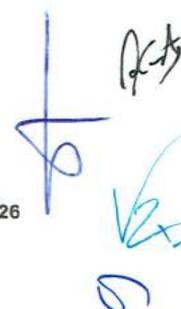


Victor Manuel Gaspar Reis
Rui Manuel T...

EMPDS BELMONTE, E.M.
Balço em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	651,95	1.639,05
Ativos intangíveis	7	667,80	1.712,74
		1.319,75	3.351,79
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	55.916,23	54.360,04
Clientes	9	5.321,90	3.154,85
Estado e outros entes públicos	10	5.972,08	5.398,93
Outras contas a receber	11	3.568,91	217,06
Caixa e depósitos bancários	12	11.299,73	5.602,81
		82.078,85	68.733,69
TOTAL DO ATIVO		83.398,60	72.085,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	5.000,00	5.000,00
Resultados transitados	13	4.580,29	17.234,30
Outras variações no capital próprio	13	0,00	471,39
		9.580,29	22.705,69
Resultado líquido do período	13	14.357,17	-12.654,01
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		23.937,46	10.051,68
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	36.340,78	42.292,31
Estado e outros entes públicos	15	4.232,30	3.066,50
Outras contas a pagar	16	18.888,06	16.674,99
		59.461,14	62.033,80
TOTAL DO PASSIVO		59.461,14	62.033,80
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		83.398,60	72.085,48



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária:
 EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	18	185.717,67	150.872,27
Subsídios à exploração	18	35.000,00	127,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-42.121,68	-38.306,45
Fornecimentos e serviços externos	19	-38.033,74	-23.821,62
Gastos com o pessoal	20	-133.865,43	-100.579,84
Outros rendimentos e ganhos	21	12.684,74	2.371,43
Outros gastos e perdas	22	-2.017,15	-1.361,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17.364,41	-10.699,18
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-2.032,04	-2.084,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.332,37	-12.783,27
Juros e rendimentos similares obtidos	24	28,17	35,05
Resultado antes de impostos		15.360,54	-12.748,22
Imposto sobre o rendimento do período	25	-1.003,37	94,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		14.357,17	-12.654,01



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		199.365,87	148.795,93
Pagamentos a fornecedores		-89.924,30	-51.623,27
Pagamentos ao pessoal		-128.590,29	-100.579,84
Caixa gerada pelas operações		-19.148,72	-3.407,18
Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		-1051,73	94,21
Outros recebimentos / pagamentos		26.276,00	2.652,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		6.075,55	-660,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		-399,75	0,00
Ativos intangíveis		0,00	-1.625,14
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Subsídios ao investimento		0,00	127,01
Juros e rendimentos similares		21,12	35,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-378,63	-1.463,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-281,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		0	-281,65
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		5.696,92	-2.404,89
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.602,81	8.007,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		11.299,73	5.602,81
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		5.696,92	-2.404,89



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 DA EMPDS BELMONTE,
E.M.****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 88, freguesia e concelho de Belmonte, é a pessoa coletiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315.

Tem como atividade principal as Atividades dos Museus (CAE – 91020).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF e são as seguintes:

Ativos Intangíveis (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Rédito (NCRF 20)

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

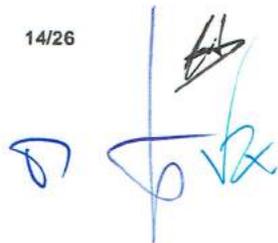
O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.



Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.



As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2014	31-12-2013
Numerário	1238,70	1445,18
Depósitos à ordem	4757,34	3875,06
Outros depósitos bancários	5303,69	282,57
Total de Caixa e Depósitos bancários	11299,73	5602,81

A EMPDS Belmonte, EM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EM, e no ano de 2014 esses fornecimentos ascenderam a 7151,21 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 26924,85 euros em 31/12/2013 e de 15212,92 euros em 31/12/2014. A EMPDS Belmonte, EM também realizou prestação de serviços ao Município de Belmonte no valor de 7179,12 euros e o valor do saldo a receber em 31/12/2014 era de 2068,00 euros.

Empresa mãe: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).

5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EM, é composto atualmente por três membros (um presidente e dois vogais). As remunerações da Administração ascenderam a 26163,03 euros, correspondente às remunerações do Presidente do Conselho de Administração (25470,09 euros) e às ajudas de custo e quilómetros em automóvel próprio dos vogais do Conselho de Administração (692,94 euros).

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo.

b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta.

c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2013	Adições	Diminuições	31.12.2014
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	4406,18	0	0	4406,18
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Total dos ativos fixos tangíveis	28.787,31	0	0	28.787,31

Depreciações acumuladas	31.12.2013	Adições	Diminuições	31.12.2014
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	17529,41	760,86	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3527,99	226,24	0	3754,23
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	27148,26	987,10	0	28135,36

Quantia escritura	31.12.2013			31.12.2014
Total dos ativos fixos tangíveis	1639,05	-	-	651,95

e) À data de 31 de Dezembro de 2014 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) A mensuração dos ativos intangíveis é efetuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos intangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2013	Adições	Alienações	31.12.2014
Programas de computador	3135,14	0	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	3135,14	0	0	3135,14

Depreciações acumuladas	31.12.2013	Adições	Alienações	31.12.2014
Programas de computador	1422,40	1044,94	0	2467,34
Total dos ativos intangíveis	1422,40	1044,94	0	2467,34

Quantia escritura	31.12.2013			31.12.2014
Total dos ativos intangíveis	1712,74	-	-	667,80

8. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2014	31-12-2013
Mercadorias	55916,23	54360,04
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>55916,23</u>	<u>54360,04</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2014	31-12-2013
Mercadorias	42121,68	38306,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>42121,68</u>	<u>38306,45</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.

9. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2014	31-12-2013
Clientes gerais – mercado nacional	5321,90	3154,85
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>5321,90</u>	<u>3154,85</u>

A EMPDS Belmonte, EM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rúbrica de Estado e outros entes públicos (Ativo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Ativo	31-12-2014	31-12-2013
Imposto s/ rendimento	5954,40	5398,93
Retenção de imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	17,68	0
Total de Estado e outros entes públicos	<u>5972,08</u>	<u>5398,93</u>

O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC), no valor de 5490,06 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais e prediais efetuadas por terceiros, no valor de 7,05 euros e 457,29 respetivamente.

O imposto sobre o valor acrescentado evidencia o IVA a recuperar apurado relativo ao 4º trimestre de 2014.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c	3568,91	217,06
Pessoal (outras operações)	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	0	0
	<u>3568,91</u>	<u>217,06</u>

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	1238,70	1445,18
Depósitos à ordem	4757,34	3875,06
Outros Depósitos bancários	5303,69	282,57
	<u>11299,73</u>	<u>5602,81</u>

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

13. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2014	31-12-2013
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	4580,29	17234,30
Outras variações no capital próprio	0	471,39
Resultado líquido do exercício	14357,17	-12654,01
Total do Capital próprio	<u>23937,46</u>	<u>10051,68</u>

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os resultados transitados registaram uma variação negativa de 73% no valor de -12654,01 euros, em consequência de:

- Aplicação do resultado líquido do exercício de 2013 no valor de -12654,01 euros.

14. FORNECEDORES

A rúbrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c	36340,78	42292,31
Total de Fornecedores	36340,78	42292,31

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da atividade operacional.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rúbrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Imposto s/ rendimento	1003,37	0
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	681,00	717,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	367,93
Contribuições p/ a segurança social	2547,93	1981,57
Total de Estado e outros entes públicos	4232,30	3066,50

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/ contribuições efetuadas no mês de Dezembro de 2014 e pagas em Janeiro de 2015.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	0	2024,89
Credores por acréscimos de gastos	18888,06	14650,10
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	0	0
	18888,06	16674,99

O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respetivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2014, que a EMPDS Belmonte, EM, liquidará no ano de 2015 (17434,60 euros) e ainda à especialização de comunicação a liquidar (144,95 euros), trabalhos especializados a liquidar (1230,00 euros) e serviços bancários a liquidar (78,51 euros).

17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Vendas – mercado nacional	61268,02	51280,38
Prestações de serviços – mercado nacional	124449,65	99591,89
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>185717,67</u>	<u>150872,27</u>

18. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	<u>35000,00</u>	<u>127,01</u>
	<u>35000,00</u>	<u>127,01</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao contrato-programa com o Município de Belmonte para compensar a prática de preços sociais e isenções nos espaços museológicos.

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Subcontratos	0	0
Trabalhos especializados	10177,39	5900,41
Publicidade e propaganda	337,27	88,22
Vigilância e segurança	90,10	90,10
Honorários	1595,00	4080,00
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	1286,48	1591,88
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	737,32	306,10
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	1252,89	1050,92
Artigos para oferta	0	0
Outros materiais	3359,83	898,10
Eletricidade	0	0
Combustíveis	865,00	660,66
Água	0	0
Outros fluidos	0	0
Deslocações e estadas	312,75	545,41
Transportes de mercadorias	36,78	0
Rendas e alugueres	1657,60	0
Comunicação	4188,65	3589,56
Seguros	45,70	41,32
Contencioso e notariado	202,00	0
Despesas de representação	527,15	0
Limpeza, higiene e conforto	30,27	343,20
Outros serviços	11331,56	4635,74
	<u>38033,74</u>	<u>23821,62</u>

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um acréscimo de cerca de 59,7% (14212,12 euros) relativamente ao ano anterior.

Os outros serviços (30%), os trabalhadores especializados (27%), a comunicação (11%), os outros materiais (9%) e rendas e alugueres (4%) representam cerca de 81% do total dos FSE.

20. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações dos órgãos sociais	26163,03	4004,18
Remunerações do pessoal	84784,36	80273,40
Encargos sobre remunerações	22255,35	15763,12
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	662,69	539,14
Outros gastos com o pessoal	0	0
	<u>133865,43</u>	<u>100579,84</u>

Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 33,1% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 26163,03 euros, correspondentes às remunerações do Presidente do Conselho de Administração (25470,09 euros) e às ajudas de custo e quilómetros em automóvel próprio dos vogais do Conselho de Administração (692,94 euros).

A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EM, no ano de 2014, aumentou de 8 para 9.

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

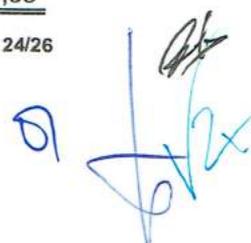
Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos suplementares	2439,01	1422,75
Ganhos em inventários	0	0
Ganhos em investimentos não financeiros	7974,23	399,75
Correções relativas a períodos anteriores	0	42,31
Imputação de subsídios para investimento	471,39	470,07
Outros não especificados	1800,11	36,55
	<u>12684,74</u>	<u>2371,43</u>

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Impostos	84,50	25,00
Outros gastos	1932,65	1336,98
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>2017,15</u>	<u>1361,98</u>



Os outros gastos respeitam a correções relativas a exercícios anteriores no valor de 1188,19 euros, donativos no valor de 150,00 euros, quotizações no valor de 5,00 euros, insuficiência da estimativa para imposto no valor de 62,34 euros e outros gastos não especificados no valor de 527,12 euros.

23. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativos fixos tangíveis	987,10	1039,15
Ativos intangíveis	1044,94	1044,94
	<u>2032,04</u>	<u>2084,09</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

24. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

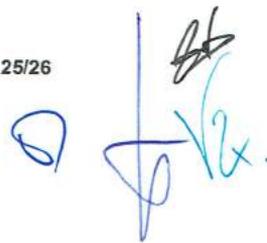
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Juros obtidos	28,17	35,05
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>28,17</u>	<u>35,05</u>

Esta rubrica reflete os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efetuadas pela entidade.

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2014
Imposto corrente	1003,37
Imposto diferido	0
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>1003,37</u>



Esta rubrica reflete a estimativa do IRC a pagar relativo ao exercício de 2014.

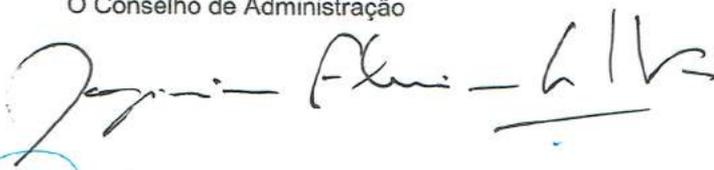
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 20 de Março de 2015.

Belmonte, 20 de Março de 2015

Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Belmonte



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a atividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das atas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros, e efetuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios de valorimetria utilizados na prestação de contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2014, bem como do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Elaborámos, para além do parecer sobre a informação financeira referente ao exercício de 2014, a certificação legal de contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.

1/2



6. Face ao que antecede, e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal de contas, o fiscal único é de parecer que:

- a) O Relatório e Contas apresentadas pelo Conselho de Administração constituídas por Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração de alterações do capital próprio e respectivo Anexo devem ser aprovadas;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

7. Por último é nosso desejo agradecer a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e serviços respetivos.

Belmonte, 23 de Março de 2015

CRUZ MARTINS, SROC, UNIPessoal, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por

João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 83.399 euros e um total de capital próprio de 23.397 euros, incluindo um resultado líquido de 14.357 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e a dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

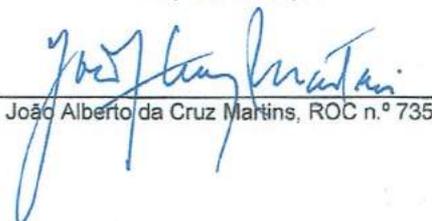
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EMPDS -EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Belmonte, 23 de Março de 2015

CRUZ MARTINS, SROC, UNIPessoAL, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por



João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735